

FALHA TECTÔNICA NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

04-07-98

[Não falta motivo para pensar que jargão ecológico se tornou retórico e tão palpável quanto o Éden]

[Mais escandaloso é que agências ambientais não investem no combate à pobreza]

Foi há seis anos, na Rio-92, que todas as organizações internacionais sacramentaram o “desenvolvimento sustentável” como expressão normativa do “vínculo biunívoco e indissolúvel” que deveria existir entre crescimento econômico e meio ambiente. Nos vinte anos anteriores, muitos outros eventos internacionais haviam abordado a necessidade e a possibilidade de se desenhar ações de desenvolvimento com a necessária prudência ecológica. Mas foi somente aquela megaconferência da ONU que produziu a sensação de um histórico salto qualitativo: tudo indicava que governos e movimentos sociais haviam definitivamente optado pelo caminho do meio, deixando de lado, tanto o otimismo cornucopiano dos idólatras do crescimento, quanto o pessimismo malthusiano sobre o esgotamento dos recursos naturais.

Todavia, hoje é fácil constatar que essa opção continua muito longe de ser assumida, por mais que se tenha popularizado a retórica do “desenvolvimento sustentável”. É sintomático que um dos mais amargos registros dessa decepção esteja justamente no Relatório do Desenvolvimento Humano de 1997, elaborado pelo Pnud, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. No lugar do tal “vínculo biunívoco e indissolúvel”, esse relatório encontrou o que chama de “falha tectônica” causada pela prática dos organismos internacionais responsáveis pela implementação da Agenda 21, aprovada na Rio-92. Segundo o Pnud, a Comissão das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável e principalmente o seu braço financeiro - a Facilidade para o Ambiente Global - não dão a devida importância à relação pobreza-ambiente. Simultaneamente, diz o mesmo relatório, a comissão das Nações Unidas encarregada de levar adiante as resoluções da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social - na qual a pobreza foi a preocupação central - na prática não encara a redução da pobreza no contexto de sua relação com a proteção ambiental e a utilização sustentável dos recursos. “Esta ‘falha tectônica’ tem de ser reconhecida e consertada”, alerta o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1997.

O que mais escandaliza o Pnud é que as agências voltadas para a promoção do

“desenvolvimento sustentável” não direcionam seus recursos para o combate à pobreza, como, por exemplo, em formas de proteção ambiental que possam criar oportunidades de geração de renda pelos pobres, em apoios às comunidades locais no seu papel de custódia do ambiente, em direitos de posse e uso da terra pelos trabalhadores rurais, em garantias de alimentação, abrigo e saúde para os miseráveis, ou em incentivos prioritários a inovações tecnológicas que aumentem a produtividade em ambientes marginais.

Se na própria estrutura da ONU há tal clivagem entre promotores do desenvolvimento e protetores do ambiente, o que se pode esperar de seus parceiros nos níveis nacional, regional e local? Será realista imaginar que governos e movimentos sociais possam superar esse dilema, se os próprios criadores do jargão “desenvolvimento sustentável” mostram-se incapazes?

Por aqui abundam confirmações para a analogia da “falha tectônica”. Entre os incêndios amazônicos e a mortalidade de fetos provocada pelo aumento de poluentes na cidade de São Paulo, o que não falta no noticiário é motivo para se pensar que o “desenvolvimento sustentável” é algo tão palpável quanto o jardim do Eden ou o paraíso. Mas nem tudo é motivo de ceticismo. É preciso perceber também que o amadurecimento dos ambientalistas está engendrando mudanças de atitude entre empresários e políticos. Enquanto os verdes se contentavam em galgar montanhas com sanduíches naturais nas mochilas, a pichar as indústrias e compor canções sobre a morte das cachoeiras, eram considerados apenas exóticos e líricos. Mas isso é coisa do passado. Os ambientalistas brasileiros foram se unindo aos cientistas para aprovar leis e ganhar ações na justiça. Com isso foram forçando governos e empresários a adotar novas posturas, tanto no que se refere ao respeito à legislação ambiental, quanto à adoção de tecnologias menos agressivas.

É muito difícil dizer se essas alentadoras novidades institucionais já chegam a ameaçar as barbaridades ecológicas que continuam impunes. Mas uma coisa parece certa: se o futuro depender do que hoje se publica sobre o assunto, não há dúvida que a vitória será das primeiras. Dois livros que acabam de ser lançados mostram bem que a relação entre desenvolvimento e meio ambiente é muito mais dinâmica que uma falha tectônica. Em *Ecologia e Cidadania* (São Paulo: Moderna, 1998, 128 p.), o economista e deputado estadual carioca Carlos Minc procura mostrar, de forma didática, como se forma a consciência ecológica e como ela pode transformar a economia, a saúde, as

tecnologias e as cidades. Em *A Morte Social dos Rios* (São Paulo: Perspectiva, 1998, 263 p.), o professor de política da Unesp Mauro Leonel mostra, com abordagem bem mais analítica, que “vínculo biunívoco e indissolúvel” existe mesmo é entre o uso social do rios e degradação ambiental da Amazônia. Dois livros que também confirmam o quanto “desenvolvimento sustentável” é uma expressão “convenientemente sem sentido”, como diz Eric Hobsbawm.